

aventura e indeterminação urbana

em
contos
de
machado de assis

*Davidson de Oliveira Rodrigues*¹

Resumo:

Este artigo pretende fazer uma análise das alusões à vida urbana na cidade do Rio de Janeiro, verificando como as menções à vida moderna aparecem na literatura de Machado de Assis, a partir de dois contos selecionados, "A cartomante" e "Pai contra mãe", componentes, respectivamente, das coletâneas *Várias histórias* (1896) e *Relíquias de casa velha* (1906). Outros contos, como "O diplomático" e "O astrólogo", também são abordados. A categoria conceitual de Georg Simmel, de "aventura", sugere como o acaso e o risco são elementos da vida urbana, inviabilizando a determinação dos resultados das ações individuais. Nos contos mencionados, a cidade se mostra um ambiente de imprevisibilidades, e os personagens tentam resolver tais indeterminações a partir do próprio deslocamento pelas ruas. Há diferentes grupos sociais que compartilham os mesmos espaços coletivos, mas a convivência não é, necessariamente, harmoniosa. Embora o léxico político estivesse fundado sobre a matriz liberal, os valores de uma sociedade de Antigo Regime persistiam. Desse modo, os perigos da grande cidade não podiam ser suprimidos. A aventura e a indeterminação fornecem indícios para a compreensão da leitura de Machado sobre a cidade que mais aparece em sua literatura.

Palavras-chaves:

cultura urbana; cidade e literatura; cidade-capital; Rio de Janeiro; escravidão; Machado de Assis.

Abstract:

This article aims at analyzing the allusions to urban life in the city of Rio de Janeiro from selected short stories by Machado de Assis. The goal is to examine how allusions to modern life appear in the author's literature. For

this study two short stories were selected, "A cartomante" and "Pai contra mãe", from *Várias histórias* (1896) and *Relíquias de casa velha* (1906), respectively. Other tales such as "O diplomático" and "O astrólogo" are also addressed. Georg Simmel's conceptual category of "adventure" suggests how chance and risk are elements of urban life, making it impossible to determine the results of individual acts. In the short stories above mentioned, the city is an environment of unpredictability and characters try to solve such irresolutions through their wandering of the streets. There are different social groups sharing the same collective spaces, but living together is not necessarily harmonious. Although the political lexicon was founded on the liberal matrix, the values of the Old Regime lingered on. Thus, big city dangers could not be suppressed. Adventure and indetermination provide clues to the understanding of Machado's view on the city that appears the most in its literature.

Keywords:

urban culture; city and literature; capital city; Rio de Janeiro; slavery; Machado de Assis.

Observador do tempo e do lugar em que vivia, Machado de Assis (1839-1908), um dos mais expressivos escritores da literatura brasileira, foi testemunha das transformações sociais e urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo deste artigo é identificar, em contos selecionados, menções feitas às dinâmicas sociais ocorridas nas ruas. A análise se concentrará em dois contos de Machado de Assis, "A cartomante" e "Pai contra mãe". Os excertos destacados são indícios da leitura machadiana acerca da complexidade urbana na cidade fluminense durante a transição do século XIX para o XX.

O Rio de Janeiro era um centro de poder, capital do Império e da República e vivia um estreito entrelaçamento entre vida política e vida urbana. Era uma grande cidade para os padrões da época, mesmo que com urbanização e planejamento distantes do almejado e invejado padrão europeu. O aparelhamento burocrático-policia da capital estava atento ao deslocamento do povo e disposto ao controle de revoltas. Havia uma vigilância sobre os moradores que fazia parte de um dado projeto civilizatório: fazer do Rio de Janeiro uma vitrine nacional e receituário de um modo de vida europeizado.

Os conflitos que aparecem nos contos representam as interações sociais de uma grande cidade. As passagens analisadas se referem à política imperial, à especulação imobiliária, à escravidão, às aventuras amorosas, em suma, fragmentos da complexidade urbana. Afinal, compete analisar quem eram os moradores dessa cidade e como foram representados na literatura por Machado de Assis. De fato, há uma variedade de agentes em circulação pelas ruas: carroceiros, vendedores ambulantes, comerciantes fixos, milicianos, escravos, libertos, livres. Eles compartilhariam o mesmo espaço urbano. No entanto, devido às hierarquias e aos valores da sociedade escravocrata, as apropriações do espaço seriam distintas.

O Rio de Janeiro e as contradições da modernidade brasileira

De um modo geral, a literatura europeia do século XIX se interessou pelos temas da cidade e da crescente complexificação da vida urbana. Escritores como Victor Hugo (1802-1885), Charles Dickens (1812-1870), Gustave Flaubert (1821-1880), Émile Zola (1840-1902) e Eça de Queiroz (1845-1900) estiveram atentos às transformações em curso em seus países e buscaram expedientes estilísticos e formais que pudessem representar a cidade da modernidade através do texto literário. Steven Johnson (2009) afirma que a literatura oitocentista tomou a cidade como se fosse uma personagem dotada de lógica autônoma: os romances seriam microcosmos da própria sociedade.

Segundo Steven Johnson, a estrutura literária se apropriou de mecanismos derivados da cidade moderna: a densidade e a auto-organização passaram a influir nas narrativas, como se o acaso e o fortuito fizessem parte do cotidiano urbano. Gustave Flaubert, por exemplo, foi um escritor que explorou o funcionamento da metrópole. Em seus romances, a rua aparece como uma agente, isto é, uma personagem capaz de avançar a narrativa. "*Em A educação sentimental, a rua é um expediente que gera narração; há na cidade um milhão de histórias, e aquela que vamos seguir vai depender de quem encontrarmos, enquanto estamos indo ao café*" (JOHNSON, 2009, p. 878).

A suposição é que a cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX possuía uma complexidade capaz de inspirar uma literatura urbana e moderna² similar à dos romances europeus. Para os padrões brasileiros, o Rio era, de fato, uma grande cidade. O censo apontava 235 mil habitantes em 1870 e 500 mil habitantes em 1890 (BENCHIMOL, 1992, p. 101). Tratava-se da sede política do país, despertando interesse e atenção das demais províncias. Além disso, o Rio era referência em termos de moda e vida cultural. Seus teatros, cafés, jornais, passeios públicos e clubes conferiam distinção e mundanismo. A capital do país também tinha seu cosmopolitismo: era o elo com o mundo europeu, tanto em termos de recebimento de estrangeiros como nas trocas mercantis. Em suma, a cidade era peça-chave da economia brasileira (MOTTA, 2004, p. 16).

Seria um equívoco subestimar a vida urbana do Rio de Janeiro. Multidões deslocavam-se em todas as direções, novos bairros surgiam e transportes coletivos eram introduzidos: a própria magnitude da cidade estava em ampliação. O trânsito de bondes, carruagens e transeuntes fazia parte da rotina econômica e administrativa da cidade. A capital do império concentrava o aparato do governo e empregava funcionários públicos de todos os níveis hierárquicos.

A multidão que circulava pela cidade era composta por africanos e afrodescendentes, que faziam parte do mercado de trabalho na condição de escravos libertos ou, após 13 de maio de 1888, emancipados. O Rio, como uma metonímia do próprio Brasil, buscava a modernização, mas as relações de trabalho empregadas eram pré-modernas. O trabalhador não era o operário fabril assalariado, mas o escravo. Conforme já sugerido, o aparato burocrático-militar da capital acompanhava a vida e o deslocamento da população. O poder centralizador do Estado protegia a ordem pública, preservava a propriedade e controlava a população escrava e liberta. Os espaços urbano e rural também estavam sob o escrutínio de diferentes instâncias do império. O maior cuidado se destinava aos cativos, já que uma das justificativas do poder central era a defesa da escravidão e vista grossa ao tráfico negroiro.

Em relação aos escravos, caía uma rede de vigilância sobre eles que ultrapassava o âmbito estatal, pois contava com particulares dispostos a delatarem os suspeitos. Essa combinação entre escravidão e urbanização gerou um conflituoso ambiente de desconfiança contra a população negra. A ampliação da estrutura física e o crescimento demográfico despertaram a preocupação com a contenção dos possíveis focos de desordem. O anonimato, tão comum nas grandes cidades, deveria ser mitigado pela instalação de olhares atentos. Portanto, *“não é, pois, difícil identificar a unidade, a ordem e a civilização como os principais elementos que balizariam a construção do Rio de Janeiro como cidade capital do Império do Brasil”* (MOTA, 2004, p. 17).

Desse modo, a análise dos textos literários de Machado de Assis acerca do fenômeno urbano deve considerar os atributos modernos e arcaicos da cidade do Rio de Janeiro. Por modernos, entendem-se os aspectos indicativos da urbanização, tais como o crescimento demográfico, a ampliação de vias públicas, a intensificação do trânsito de veículos, o crescimento do anonimato, a diversificação das atividades mercantis, etc. Por arcaicos, entendem-se efeitos da escravidão nas relações sociais, permanência de costumes rurais ou provincianos, desvalorização das atividades manuais e do trabalho em geral, etc.

A modernidade brasileira tinha suas peculiaridades e as mais notórias eram os arranjos para a continuação da escravidão, atendendo aos interesses dos fazendeiros e dos traficantes de escravos. As cidades brasileiras funcionavam como centros administrativos e praças comerciais, com atividades econômicas agroexportadoras. As figuras do burguês e do operário, personagens da literatura oitocentista europeia, eram, portanto, estranhas ao contexto brasileiro. As conjunturas dos períodos após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa influenciaram os escritores europeus, mas no Brasil, excetuando uma inspiração geral iluminista, os problemas eram outros, tais como a natureza sul-americana e o nativo.

O romantismo brasileiro, corrente literária que valorizou a natureza e o indígena, não se esqueceu da vida nas cidades. José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo, ambientaram algumas narrativas no Rio de Janeiro. Portanto, a literatura reforçou a imagem da cidade fluminense como um local de aventuras amorosas e políticas. Com efeito, a respeitabilidade da política justificava o próprio mundanismo, pois se o alto escalão do governo (senadores e ministros) conferia certa sisudez, a vida cultural das altas classes amenizava o quadro, indicando uma sociabilidade inspirada nos moldes franceses. Os escritores mostravam as diferenças entre os hábitos da corte e das províncias. Por exemplo, o uso de carruagens para ir aos bailes era *chic*, verdadeiro espetáculo para os olhos dos pobres transeuntes. No conto de Machado de Assis *“O diplomático”* (*Várias histórias*), um mancebo sem recursos contempla de uma janela o espetáculo da chegada das carruagens em um grande baile:

Olhou para os lacaios e cocheiros, de libré, na rua, conversando em grupos ou reclinados no tejadilho dos carros. Começou a designar carros: este é do Olinda, aquele é do Maranguape; mas aí vem outro, rodando, do lado da Rua da Lapa, e entra na Rua das Mangueiras. Parou de frente: salta o laçao, abre a portinhola, tira o chapéu e perfila-se. Sai de dentro uma calva, uma cabeça, um homem, duas comendas, depois uma senhora ricamente vestida; entram no saguão, e sobem a escadaria, forrada de tapete e ornada embaixo com dois grandes vasos. (ASSIS, 1952, p. 174)

A leitura do fragmento acima indica que as carruagens dos homens públicos poderiam ser identificadas com facilidade. De fato, lacaios e cocheiros, adequadamente vestidos, refletiam a distinção dos patrões. O excerto menciona importantes figuras da vida pública, medalhões do Segundo Reinado que transitavam pelos espaços privilegiados da capital. A sege, veículo particular dos abastados e remediados, atraía a curiosidade e, tal qual o baile, fornecia matéria aos jornais e ao falatório popular. Viajantes e visitantes se interessavam por essas manifestações do mundanismo, de modo que a corte e a vida urbana se tornaram quase sinônimos, partes de um mesmo imaginário. Machado de Assis abordou em alguns contos tal universo sociocultural, descrevendo as complicações políticas da capital e as vicissitudes de uma grande cidade.

Na literatura de Machado, a cidade é mais do que um pano de fundo, é fator que explica a conduta das personagens. O objeto de tal literatura é o comportamento humano (BOSI, 1999, p. 11), ou seja, as relações sociais existentes no Rio de Janeiro. Para Raymundo Faoro: “*Abandonado o clichê da sociedade do Segundo Reinado como sociedade polar entre senhor rural e escravo, tenha-se em conta que Machado de Assis vive, na sua ficção, a sociedade urbana*” (FAORO, 1974, p. 23). Portanto, campo e cidade estão presentificados nessa literatura, mostrando as relações entre fazendeiros e comerciantes. Não é só a questão espacial, mas também a dimensão temporal que orienta a ficção machadiana. Desse modo, tal literatura acompanharia transformações sociais ocorridas ao longo do século XIX (GLEDSON, 1986). A persistência dos arranjos favoráveis aos grandes escravocratas sensibilizou o bruxo do Cosme Velho e conformou sua percepção dos resultados da Lei do Ventre Livre de 1871: “*As causas e os resultados deste fracasso estão presentes em todos os romances da maturidade de Machado, constituindo sua lição de História do Brasil*” (GLEDSON, 1986, p. 22).

Conforme a interpretação de Robert Schwarz (2000), Machado de Assis captou a especificidade do capitalismo brasileiro. A preservação dos interesses das camadas dominantes, verificáveis nas combinações entre liberalismo e escravidão, aparece na ficção machadiana, e é perceptível na própria estrutura literária. O narrador volúvel (SCHWARZ, 2000, p. 31-32) de *Memórias póstumas de Brás Cubas* exemplifica a coexistência entre a ilustração europeia e a riqueza de origem escusa (tráfico de escravos). Trata-se, no caso, de selecionar aspectos do liberalismo que não comprometessem a exploração servil. Sidney Chalhoub (2003), em diálogo com Schwarz e Gledson, recupera a dimensão da história nos romances do escritor fluminense: “*Machado de Assis está, em 1876, a interpretar a sociedade do período anterior à crise de 1871; o aprofundamento dos antagonismos e o conseqüente desmanchar das políticas tradicionais de dominação...*” (CHALHOUB, 2003, p. 44). Desse modo, esses estudiosos identificam em Machado de Assis uma reflexão sobre a história do Brasil e do Rio de Janeiro.

A partir de tais apontamentos podemos elaborar um roteiro de leitura que recupere reflexões de Machado de Assis acerca do fenômeno urbano. Vejamos, pois, a estreita relação entre Rio de Janeiro e literatura.

Machado de Assis e o Rio de Janeiro: imprevisibilidade e tensão urbana na corte

O Rio de Janeiro, capital do Império e da República, foi uma cidade fundamental para a formação da literatura brasileira. Com efeito, na história literária do país há uma ambiguidade entre as imagens positivas e negativas da urbe; ora representada como polo civilizador, ora representada como inautêntica. Assim, tais contrapontos atravessam boa parte da ficção urbana do século XIX. Este é o caso da literatura de Machado, cujas narrativas se passam na cidade do Rio de Janeiro. A corte, além de ser pano de fundo para contos, crônicas e romances, despontou como modelo de vida urbana. Em oposição às províncias, oferecia atrações e ocupações nos campos do entretenimento e da política. Dessa maneira, o Rio de Janeiro recebia muitos dos atributos que as tradições literárias ocidentais têm destinado à caracterização da cidade, tais como ambição, frivolidade, agitação, etc. Por isso, a cidade do Rio, em função de sua beleza e perigo, foi comparada por um viajante a uma “*cobra de lindas cores*” (NEVES, 2009, p. 136). Isto é, a literatura brasileira representou a cidade nos termos conhecidos por outras literaturas nacionais, por exemplo, a inglesa (cf. WILLIAMS, 1989).

A primeira impressão da leitura dos contos de Machado de Assis pode induzir a uma percepção de ausência da vida metropolitana. No entanto, essa visão é enganosa. Ela resulta, muitas vezes, da paisagem setecentista que insiste em permanecer. Ou seja, são muitos os liames entre o Rio colonial e o imperial: a arquitetura dos sobrados, o traçado das vielas, a presença dos templos religiosos. Contudo, o principal elemento de continuidade é a escravidão, a instituição que foi preservada a todo custo no processo de construção do Estado nacional brasileiro. O cenário no qual os personagens machadianos se locomovem não é, portanto, atemporal, o que já desconstrói a noção de uma indefinição cronológica.

Machado de Assis ambientou algumas poucas narrativas no período colonial, como “*O astrólogo*”, publicado em 1876. Neste conto, há uma tensão entre as tentativas de controle da vida urbana da cidade colonial e a impossibilidade efetiva de sucesso dessa tentativa. O almocató Custódio Marques exercia um olhar vigilante sobre a cidade, mostrando sua fidelidade ao vice-reinado do conde de Azambuja. Em um contexto histórico de multiplicidade de grupos sociais e de interesses, Custódio Marques atuava em favor da ordem, era o “[...] *olho da autoridade pública. As ruas não conheciam maior vigilante*” (ASSIS, 1953, p.71). No entanto, em sua própria conduta havia o elemento transgressor, pois não lhe bastava acompanhar os assuntos públicos, mas também os privados. Sequioso dos segredos de terceiros, o personagem percorria as ruas ouvindo conversas alheias e espreitando a todos “[...] *com seu par de olhos de linca*” (ASSIS, 1953, p. 73)³.

Machado de Assis trabalha com a escala da história, periodizando as transformações na cidade, a exemplo da iluminação pública que não existia nos tempos do conde de Azambuja. Nesse jogo de passado e presente, o autor recorre à memória da cidade e à história da capital do Brasil. A falta de iluminação pública gerava o anonimato, mas também atiçava a sanha dos vigilantes da coroa. Porém, há uma faixa de imprevisibilidade que acabou por indeterminar os resultados das ações governamentais. No conto, o almotacé, sempre atento à vida dos terceiros, não

percebeu que sua filha fugira de casa para se casar com um desconhecido. O desfecho cômico do conto implica na limitação do aparelho estatal no trato das candentes questões urbanas.

O poder Estatal deveria devassar a vida urbana, precavendo-se de perder o controle da crescente complexidade citadina. O aumento populacional e o anonimato poderiam esconder criminosos e escravos fugidos, daí o temor com o deslocamento de desconhecidos, sobretudo os não brancos: “*Os escravos, os africanos livres e os libertos não poderiam transitar sem passaporte, mesmo em companhia de seus senhores, a não ser que fossem conhecidos por alguma autoridade local...*” (MATTO, 2004, p. 224). Esse controle da movimentação contrasta com a livre circulação e a abertura das cidades, elementos do mundo liberal e burguês oitocentista. Como era a perseguição aos escravos que estava em jogo, urgia impedir os fugidos de se esconderem nas cidades. Por isso, a modernização do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, tentou conciliar complexidade urbana com manutenção de dispositivos tipicamente estamentais.

A capital era essencial para as pretensões das camadas dirigentes, por isso o Rio de Janeiro se tornou cidade-modelo, e coube-lhe a missão civilizatória e o atributo de representar o país diante do concerto internacional. A delimitação de fronteiras entre o rural e o urbano implicava na própria questão da identidade do brasileiro. Como havia o risco de a vida rural ser o modelo de sociabilidade, caberia à capital colocar-se na função de contraponto, assegurando a urbanidade das elites e garantindo a união entre as distintas partes do país. Conforme pensavam seus ideólogos, a corte era um legítimo elemento de união e civilização. Quanto mais próximo do Rio, maior a possibilidade de influência na vida política nacional. A contraposição entre a corte e a roça sugere uma imaginação acerca da fraqueza provincial em conduzir os assuntos de relevância pública.

Machado de Assis reconheceu no Rio de Janeiro uma cidade em movimento, cujas marcas eram os fluxos de pessoas. Seu urbanismo tinha as já citadas especificidades, como a forte influência da arquitetura colonial, mas havia uma condição cosmopolita nesta cidade, vide a influência da cultura francesa na rua do Ouvidor. Desse modo, o habitante do Rio de Janeiro era um cidadão urbano, mesmo os escravos estavam familiarizados com tais dinâmicas sociais. Nos contos de Machado, a cidade interfere nos enredos e desfechos, exercendo uma atração geral da qual não escapam nem as viúvas interessadas em conhecer a capital. Com efeito, há mulheres, casais e famílias inteiras visitando a corte para a temporada de teatro. É a capital que propicia o encontro de antigos amantes, e também a ela cabe impor derrotas ou conceder vitórias aos talentos artísticos e políticos. Os vencidos não são poucos, multidão de homens que, devido ao insucesso, retornam às províncias. Essa associação entre o espaço e os dilemas enfrentados pelos personagens é uma das chaves para a análise da visão de urbano de Machado. Nessas narrativas, o Rio de Janeiro é um centro do poder e as representações da cidade são positivas, ou pelo menos mais favoráveis que as imagens das províncias.

As alusões às ruas e aos bairros do Rio sugere uma identificação entre o próprio escritor e a cidade. Isto porque é o comportamento humano que lhe interessa, incluindo as tensões e as imprevisibilidades do sistema social e cultural. Essa imprevisibilidade, ou melhor, essa indeterminação do comportamento humano e das circunstâncias exteriores (os fatos políticos e sociais) diz respeito às características da modernidade brasileira. Os processos sociais em curso na cidade do Rio de Janeiro nas últimas três décadas do século XIX foram tematizados pelo escritor fluminense e a questão da complexidade urbana é um tema forte. O aumento do trânsito de pessoas e veículos e a intensificação da vigilância policial sobre as massas têm ligação com a percepção de um Rio-metrópole. Assim, cidade, liberalismo e escravidão são temas que podem ser identificados em seus textos, tanto em contos como romances.

Em algumas situações, o liberalismo aludido (e sutilmente criticado) por Machado de Assis é a versão conservadora, preocupada com a manutenção da propriedade escrava. No entanto, acompanhar as referências aos embates entre ordem e desordem não significa explicitar as opiniões políticas ou sociais do escritor, mas sim esclarecer os aspectos da modernidade fluminense. Nesse sentido, a estratégia metodológica selecionada foi a contraposição entre os contos “A cartomante” – primeiro conto do livro *Várias histórias* (1896) – e “Pai contra mãe” – conto de abertura de *Relíquias de casa velha* (1906).⁴ A perspectiva comparativa resultou, ao término da análise, em uma maior compreensão acerca das representações da tradição liberal, do legado escravista e do espaço urbano no texto machadiano.

Na ficção de Machado de Assis as indicações explícitas às multidões são raras, mas os efeitos sociais dessa massa urbana podem ser percebidos em alguns contos. Em “A cartomante”, uma carroça tomba na rua e atrapalha o trânsito, atraindo a presença de curiosos. Em “Pai contra mãe”, um caçador de recompensas (espécie de capitão do mato urbano) perambula pelas ruas à procura de escravos fugidos. Em ambas as situações a multidão é passível de ser visualizada pelo leitor. O cenário no qual se desenvolvem essas narrativas é obviamente o Rio de Janeiro. O tempo histórico de “A cartomante” é o ano de 1869, “Pai contra mãe” situa-se entre meados da década de 1850 e começo da década de 1860. Conforme mostra John Gledson (1986, p. 58-59), Machado de Assis parece tomar o ano de 1869 como um marco representativo da mudança entre dois tipos de sociedade. Com efeito, trata-se de um momento no qual a crise da escravidão se agudiza e os esforços para solucionar a questão servil se intensificam.

Ambas as narrativas são verossímeis, e se estruturam sobre um nível de desorganização urbana existente no Rio de Janeiro. Os transportes públicos, por exemplo, não se expandiram em ritmo e qualidade necessários. Além disso,

as próprias ruas não estavam adaptadas ao tráfego de veículos. “A cartomante” lida com questões conhecidas da literatura ocidental e da sociologia clássica ao abordar a aventura da vida urbana. No decorrer do século XIX, a cidade foi representada – nas artes e na nascente ciência social – como universo propício a acontecimentos extraordinários. Contistas como Edgar Allan Poe, romancistas como Victor Hugo e poetas como Charles Baudelaire revelaram uma dimensão fantástica e maravilhosa da cidade moderna que não seria contrariada nem pelos escritores da escola do realismo. Na sociologia, Georg Simmel (1858-1918) elaborou ensaios sobre diversos aspectos da vida metropolitana. O plano de análise do autor, naturalmente, se referia às grandes cidades europeias, todavia, sua categoria conceitual de aventura (SIMMEL, 1998) é extensível ao Rio de Janeiro, parecendo ser consoante com algumas observações do próprio Machado de Assis.

A aventura tem um sentido distinto dos demais eventos cotidianos, pois se trata de uma cadeia de acontecimentos dotados de um significado não habitual: “*Quanto mais 'aventureira' for uma aventura, tanto mais seu conceito será preenchido em sua aceção mais pura, tanto mais ela será onírica para nossa memória*” (SIMMEL, 1998, p. 172). A aventura, portanto, é um evento casual e isolado, sobretudo se pensado em relação ao contexto geral, mas pertencente à dinâmica social. As dimensões onírica e atemporal resultam em uma aparente irrealidade da aventura, ou seja, ao vivenciá-la os sentidos se superexcitam e as noções ordinárias da realidade parecem não se aplicar mais. Com efeito, a vida urbana é um ambiente propício ao espírito aventureiro, pois suas indeterminações (imprevisibilidades) oferecem tanto riscos quanto oportunidades.

Em “A cartomante”, Camilo enamorou-se da esposa de um antigo colega; uma aventura amorosa expressa nos próprios termos do autor: “*Vilela, Camilo e Rita, três nomes, uma aventura, e nenhuma explicação das origens. Vamos a ela*” (ASSIS, 1952, p. 11). Ao receber um bilhete seco e enigmático de Vilela, Camilo receia ter sido descoberto e parte rumo à casa da amante e do marido traído. O conto é construído por pequenas aventuras: namoro adúltero, visita de Rita à cartomante, passeio no tílburí e incidente com a carroça tombada na rua, subida de Camilo à casa da cartomante, chegada à casa de Vilela. Durante esse itinerário, alguns aspectos da cidade do Rio de Janeiro e do próprio estado sensível do personagem aparecem como pistas para a compreensão da leitura que Machado de Assis fez da capital brasileira.

No conto, Camilo é o aventureiro, apaixonado e preso ao presente. Suas motivações se limitam a desfrutar do deleite romântico, disposto a assumir riscos para confrontar medo e oportunidade. Ao caminhar pela rua, Camilo pondera a possibilidade de ter sido descoberto, mas reluta em adiar o confronto com Vilela. Considera levar uma arma, mas descarta tal pensamento como ridículo. Camilo receia a revelação da aventura amorosa perante o marido traído e, com a mente superexcitada, pressente uma tragédia. No entanto, a cidade segue indiferente à aventura, nada mudou, exceto a percepção do aventureiro. Os minutos se arrastam e a ilusão é de atemporalidade e eternidade. Dentro do tílburí, o próprio trote do cavalo aguça o alvoroço do amante. Quase ao fim da rua da Guarda Velha, a carruagem teve o caminho obstruído por uma carroça que caíra. O incidente no trânsito amplia o senso de urgência, os obstáculos simbolizam o estado de espírito de Camilo. É quando o personagem percebe a casa da cartomante, a qual Rita havia consultado e lhe relatara no começo da história. Em meio a tantas indeterminações, ele aceita consultar a cartomante, mesmo desconfiando da advinha. Nesse ponto, é perceptível um atributo de Simmel (1998, p. 172-173) referente à aventura: trata-se do limiar entre o sonho e o irracional.

O conto pode ser dividido em cenas de interior e exterior: casa da cartomante, casa do Vilela e da Rita, ruas. Ao se mover pela cidade, Camilo perambula sem escolher seu trajeto, a andança é sinal da agitação interior, pois ele não sabe quais perigos o aguardam. Na residência da cartomante, as certezas são fornecidas, a senhora fala da beleza da amante, da inveja dos demais e da ausência de riscos. A cartomante é o ponto de fixidez da narrativa, sua intervenção auxilia (ainda que erroneamente) a tomada de decisão diante do desconhecido. Restituída a paz de espírito, Camilo volta para a rua com a firme disposição de ir até Vilela. A carroça que até então estagnava o trânsito já fora retirada. Ao retornar ao tílburí, o mancebo pede o trote largo da carruagem, pois quer acelerar e compensar o tempo perdido. Porém, o aventureiro se esqueceu da possibilidade da cartomante ser charlatã e o perigo realmente existir. Tal situação elimina o ponto fixo da narrativa, retomando a indeterminação. O encontro de Camilo com Vilela é breve, pois este aguardava o amigo para assassiná-lo. Tal desfecho qualifica uma dupla ironia: primeiro, a busca pela certeza é um expediente para a autoenganação; segundo, o intrincado das ruas pode conduzir ao engano e à morte. A lembrança da categoria de aventura de Simmel é imediata:

O fato de a aventura continuar nos parecendo um cruzamento do momento de segurança da vida com o de insegurança constitui algo mais que o posicionamento da mesma relação fundamental, sob um outro ponto de vista. A segurança que – acertada ou equivocadamente – temos com respeito ao êxito confere à atividade uma coloração qualitativamente especial. Se, ao contrário, não estamos seguros de que alcançaremos o objetivo estabelecido na partida, se temos consciência da incerteza com respeito ao êxito, isto constitui não apenas uma segurança quantitativamente menor, mas significa uma condução interna e externamente singular da nossa práxis. O aventureiro, para dizê-lo numa só palavra, trata o que na vida é incalculável, como em geral tratamos o que pode ser calculado com segurança. (SIMMEL, 1998, p. 177-178)

E de Simmel novamente a Machado, porquanto a noção de aventura em seus contos remete às disputas políticas e aos flertes amorosos. No Rio de Janeiro machadiano, políticos buscam reconhecimento partidário e eleitoral, enamorados anseiam pelo encontro, arrivistas esperam o enriquecimento, em suma, uma rede de interações cultivadas em um ambiente urbano com a economia em crescente processo de monetarização e especulação. Assim, a sensação de indeterminação que transparece em alguns contos trabalha o desconhecimento quanto ao futuro. Ignorância óbvia, posto que os homens, de fato, não podem prever o amanhã. Mas que pode ser traduzida para uma inquietação específica: para qual horizonte os habitantes da cidade do Rio de Janeiro estavam caminhando? No país, não existiam profissionais das ciências sociais que pudessem responder a essa pergunta. O pensamento político e social era desenvolvido por jornalistas, médicos, engenheiros e bacharéis em direito. No período em que Machado de Assis escrevia, tematizando as relações sociais no Rio de Janeiro, a sociologia encontrava-se em formação na França e Alemanha. No Brasil inexistia uma sociologia catedrática e institucionalizada. Em compensação, correntes literárias (vide o realismo) se interessaram pelos registros do real humano vivido e, desse modo, um dos objetos foi a vida urbana.

O conto "A cartomante" parte de uma premissa, desenvolvendo-se tal qual um ensaio, colocando em relevo a tensão entre o cognoscível e o incognoscível na vida cotidiana. As relações afetivas clandestinas, interações sociais praticadas em uma grande cidade, são viabilizadas pelo deslocamento no espaço urbano e o refúgio em ambientes públicos ou privados. Desse modo, as ruas ramificam a própria indeterminação, as possibilidades de encontro e desencontro, os obstáculos e os extravios, tal qual a sala da cartomante. A escolha de uma rua pode, portanto, modificar o destino de um indivíduo. Esta é uma dimensão de fantasia e mistério que subsiste mesmo na literatura realista. A procura para os escapes das incertezas abre alas para os logros. O Rio de Janeiro é, portanto, uma cidade de aparências, para muitos não há certezas sobre o próprio lugar na ordem social, como é verificado em "Pai contra mãe".

"Pai contra mãe", que abre a coletânea original de *Relíquias de casa velha*, é outra construção do espaço urbano onde indeterminação e aventura também aparecem. Neste conto, assim como no anterior, há uma dimensão ensaística, isto é, há uma análise da escravidão brasileira e dos seus desdobramentos para a cidade fluminense. O escritor inicia sua narrativa desconstruindo a ideia de um Brasil civilizado. Para isso, joga com metáforas de máscaras e faces. Parece que Machado de Assis toma o "atraso" como resultante das ações das camadas dirigentes políticas e econômicas. O autor confronta o discurso universalista do liberalismo com o uso da mão de obra escrava no país (cf. SCHWARZ, 2000). O narrador também sugere vínculos entre escravidão e Estado brasileiro:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras *instituições sociais*. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a *ordem social e humana* nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras. (ASSIS, 1952, p.9, grifos meus)

Pelo excerto acima, aventa-se que a escravidão brasileira é um elemento estruturante da sociedade brasileira, conforme sugerem os termos "instituições sociais". Desse modo, a existência de cativos não poderia ser tomada como uma anomalia ou atipicidade, porém como um dos fundamentos da "ordem social". Machado de Assis *desmascara* o discurso humanista ao ironizar os efeitos benéficos dos instrumentos da tortura sobre os escravos. Daí a alusão à máscara de flandres, um grotesco com finalidade elevada: retirar o vício dos escravos e torná-los honestos. A narrativa brinca e provoca com a ideia de escravos honestos, pois se trata de evidente contrassenso. A verdadeira máscara, no entanto, seria a apropriação seletiva do iluminismo e do liberalismo, pois as justificativas altivas nada mais fariam do que esconder as relações de opressão da escravidão.

Em suma, o verdadeiro grotesco era a escravidão e não os mecanismos que dissimulavam sua existência. O sistema escravocrata de finais do século XIX era considerado um anacronismo. O Brasil foi o último país ocidental a extinguir formalmente a escravidão, situação que causava um desconforto perante a comunidade internacional. Após a Lei Áurea (13/05/1888) houve um esquecimento proposital da questão escravista, relegando o emancipado à condição de pária da sociedade nacional. Por isso, Machado denuncia o esquecimento: "*Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício*". Também se desculpa perante o leitor pela sua decisão em descrever as torturas; faz isso com nova ironia, assinalando que ele recusa o nível das aparências, ou seja, a hipocrisia: "*Mas não cuidemos de máscaras*".

A perspectiva de Machado de Assis neste conto é crítica. A narrativa encontra-se orientada por uma análise da sociedade transmutada em narrativa literária. Machado de Assis aborda a relação senhor-escravo e aponta a desigualdade de forças existentes. Ele provoca: nem todo senhor era mau, nem todo senhor batia (ainda que por razões pecuniárias), entretanto os escravos "insistiam" em fugir. Não obstante as tentativas de reificar o escravo, há uma

recusa do mesmo em se submeter a tal processo. As estratégias de resistência dos escravos geram ofícios e ocupações específicas na sociedade escravista:

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem. (ASSIS, 1952, p. 11)

O texto acima condensa um conjunto de análises sobre a sociedade escravista. Inicialmente, o autor faz uma circunscrição temporal: *“pegar escravos fugidios era um ofício do tempo”*. Qual tempo? Possivelmente a década de 1850, auge do Segundo Reinado. Em seguida, assinala a convivência das “instituições” e da “ordem social” com tal prática: *“Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras”*. Aqui, Machado insinua as contradições do liberalismo, pois a defesa da propriedade sobrepuja-se à liberdade dos indivíduos. Muitos africanos, aliás, foram escravizados de forma ilegal, já que o tráfico de escravos fora abolido em 1850. E ainda: *“Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via”*. Isto é, a pobreza urbana atingia brancos e negros. Como estratégia de sobrevivência restava, muitas vezes, o servilismo diante dos poderosos e abastados. Por fim, a conclusão profundamente irônica: *“pôr ordem à desordem”*. Ou seja, a ordem mencionada, na verdade, é a de garantir que o africano teria sua força de trabalho explorado. A abordagem irônica se refere ao fato de que o caçador de escravos também era pobre e frequentava os mesmos nichos sociais que escravos e libertos.

Cândido Neves, casado com Clara, é um caçador de recompensas, portanto se sujeita ao desempenho de uma atividade servil, de ganhos incertos e socialmente pouco valorizada. Mônica, a tia de Clara, sente-se na obrigação de conchamar Cândido a buscar um ofício, sobretudo após a notícia da gravidez da sobrinha. O momento da gravidez até o nascimento do filho é marcado por privações, com cobradores batendo à porta. A situação do chefe da família passa por aquilo que Alfredo Bosi (1999) designou como “caiporismo dos pobres”, isto é, o avesso do liberalismo dos ricos:

O liberalismo econômico funcionou muito bem, espessa e compactamente, como ideologia e boa consciência para os herdeiros das oligarquias vitoriosas com a Independência e consolidadas pela preservação da escravatura. O seu êxito durável criara nas elites conservadoras a certeza da sua necessidade e a pretensão da sua validade moral. Mas para os outros, restaria o recuso à noção popular e tradicional de destino, mau fado ou caiporismo: noção que arreda para fora da imanência do capital e do trabalho a causa mesma da pobreza. O que não deixa de ser uma resposta sofrida, e só aparentemente irracional, à pseudo-racionalidade (ou seja, à *parcialidade*) do discurso liberal. (BOSI, 1999, pp.60-61)

De fato, como sugere a citação acima, o caiporismo explicita como o liberalismo era acionado para explicar a pobreza. Um recurso ideológico que oblitera os laços de dependência entre pobres e grandes proprietários, naturalização da pobreza e da riqueza. Percebe-se que a definição lexical de caiporismo é bem precisa:

[...] 1 estado, condição ou qualidade de quem é caipora, infeliz ou azarado em tudo ou quase tudo que faz ou que lhe sucede 2 má sorte constante ou frequente de alguém que se manifesta em acontecimentos fortuitos ou naquilo que essa pessoa faz, e que sugere feitiço ou ações mágicas, maléficas contra ela... (HOUAISS; VILLA, p. 564)

Desse modo, o sentido que permanece é de má sorte, um fortuito desfavorável e uma indeterminação desagradável, ou seja, o azar. Caiporismo era um termo corrente na época de Machado de Assis e que, inclusive, aparece no conto “Pai contra mãe”:

Cândido Neves, – em família, Candinho, – é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos. Tinha um defeito grave esse homem, não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo. (ASSIS, 1952, p. 11)

Neste conto, Machado de Assis não aborda a classe dos abastados tal como em *Memórias póstumas de D. Quixote* e *Dom Casmurro*. O segmento social do qual Cândido faz parte são os pobres cujas vidas em pouco se diferenciavam das condições dos ex-escravos. Enfim, homens e mulheres que pululam as ruas da cidade, vide a situação de Cândido Neves com a ocupação de percorrer as ruas do Rio para identificar os foragidos do sistema escravocrata. Tarefa pouco prática, já que a maior parte da população em trânsito seria de negros e pardos. Retomando a trama do conto, foi justamente em um período de redução de fugas que suas condições econômicas se deterioraram. A situação de Cândido Neves no sistema é ambígua, já que ele depende dos transtornos do sistema escravocrata para buscar sua sobrevivência. A pobreza de Cândido se acentua com a gravidez de Clara, o nascimento da criança ocorre no momento em que são despejados pelo senhorio devido aos alugueis em atraso. Situação delicada, porque se não fosse Tia Mônica, que conseguiu uma morada provisória,

passariam a noite ao relento. Pressionado por ela, que insiste na inviabilidade de criar a criança, Cândido concorda em entregar o recém-nascido a um orfanato. Para isso, ele deveria levá-la à roda os enjeitados na rua dos Barbonos.

A indeterminação de Cândido é um componente claramente aventureiro, pois as chances de sucesso do empreendimento (manter a guarda do filho) não são passíveis de previsão. Cândido se sente refém do seu trajeto, pois cedo ou tarde chegaria à roda dos enjeitados. Restou-lhe andar devagar e prolongar a permanência do filho: “*Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la...*” (ASSIS, 1952, p. 23). Os logradouros mencionados no conto – rua do Parto, rua da Ajuda, rua da Guarda Velha, rua de São José – parecem evocar, de forma cruel, a relação parental e a desolação de sua posição. Conforme sugeriu Simmel, o aventureiro deve estar preparado para o imprevisto e eis que este se materializa em um beco, quando Cândido Neves avista uma escrava fugida e cuja recompensa era avultada. Ele solicita a um farmacêutico que cuide de sua criança enquanto vai ao enalço da mulher. A relação senhor-escravo se delinea com clareza. Para Cândido, a existência de Arminda deve ser negada:

[...] A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

– Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei sua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!

– Siga! repetiu Cândido Neves.

– Me solte!

– Não quero demoras; siga!

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mal, e provavelmente a castigaria com açoites, – coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites. (ASSIS, 1952, p. 24-25)

Dentro da lógica da sociedade patriarcal, um pai enjeitar um filho seria doloroso. Por isso, a paternidade de Cândido opõe-se à maternidade de Arminda: “Pai contra mãe” como indica o título do conto. As supostas vítimas do caiporismo não são guiadas por ideias liberais, mas agem para atender as necessidades de sobrevivência. Machado de Assis transmutou conflitos da cidade do Rio de Janeiro para o conto, que dimensionam a indeterminação da vida urbana que funciona como expediente de narrativa. O trabalho livre e escravo era permeado por uma suspeição policialesca, negros e mulatos poderiam ser abordados a qualquer instante, bastava a insinuação de fugidos. O ideário liberal contrastava visivelmente com as práticas cotidianas da cidade do Rio de Janeiro, normas e valores pré-modernos em um ambiente (supostamente) sequioso por modernização. Em suma, seguindo as trilhas de John Gledson (1986) e Sidney Chalhoub (2003) que identificam uma sensibilidade histórica em Machado, “Pai contra mãe” é a história da escravidão urbana no Rio de Janeiro.

As ruas são um importante elemento de condução dessa micronarrativa. Quando Cândido passou pela rua dos Ourives, próximo à da Alfândega, Arminda já está amarrada. Nesse momento, portanto, ele já tem a previsão da recompensa: “*Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor*” (ASSIS, 1952, p. 25). É a escravização de Arminda que gera os recursos necessários para que Cândido possa manter a guarda do filho. A concretização da transação implicou na luta final de Arminda e o trágico aborto espontâneo sofrido aos pés do seu senhor. Porém, tal episódio não exerceu efeito em Cândido e, ao final do conto, ele conclui: “*Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração*” (ASSIS, 1952, p. 26).

Considerações finais

A dimensão da aventura, no sentido simmeliano do termo, faz parte do universo urbano de alguns contos machadianos. Em “O astrólogo”, mencionado no início deste artigo, vemos um personagem que perambula, no período colonial, pelas ruas do Rio de Janeiro a fim de devassar as condutas públicas e particulares dos moradores da cidade, esquecendo-se, no entanto, que ele próprio possuía uma vida familiar passível de ser vigiada. Em “A cartomante”, um enamorado erra pelas ruas da cidade dentro de um tálbur, almeja encontrar sua amante, mas teme o marido dela, seu próprio amigo. Finalmente em “Pai contra mãe”, um “desvalido da sorte” busca a sobrevivência da sua família percorrendo as ruas do Rio de Janeiro para encontrar escravos fugidos. Nos três contos, o Rio de Janeiro é um ambiente de imprevisibilidades. Os personagens tentam resolver as indeterminações da vida urbana através de pontos de fixidez, isto é, na busca de relações sociais estáveis que, em alguma medida, forneçam certezas.

A cidade do Rio de Janeiro era um ambiente adequado para a formação de fronteiras sociais. As condições da segregação urbana, nos moldes de finais do século XIX, não estavam consolidadas, mas a diferenciação entre o cidadão e o pária estava formulada. A complexidade das ruas em seu sinuoso traçado (não é uma questão apenas física, mas também simbólica) era intensificada pela circulação de pessoas de diferentes segmentos. Tal convivência nem sempre era harmoniosa e, embora o léxico político estivesse fundado sobre a matriz liberal, as práticas sociais eram

orientadas por valores típicos do Antigo Regime, com o funcionamento de estamentos. Os contos analisados sugerem estratégias para abordar o fenômeno urbano nos contos de Machado de Assis. A aventura e a indeterminação podem fornecer pistas para a compreensão da leitura do bruxo do Cosme Velho sobre a cidade na qual ele residiu e que, não por acaso, encontra-se sobejamente representada em sua literatura.

Referências

- ASSIS, Machado de. *Relíquias de casa velha*. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W.M. Jackson Inc., 1953. 2 Vol.
- _____. *Várias histórias*. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W.M. Jackson Inc., 1952.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1992.
- BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JOHNSON, Steven. Complexidade urbana e enredo romanesco. In: MORETTI, Franco (Org.). *O Romance, 1: a cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naif, 2009. p. 865-887.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- NEVES, Margarida de Souza. Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. V.III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 119-153.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. Machado de Assis. 4. ed. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 2000.
- SIMMEL, Georg. A aventura. In: SOUZA, Jessé; OËLZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998. p. 171-187.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Notas

² Não confundir o entendimento de uma literatura que fala sobre a modernização ou sobre aspectos da vida moderna com a literatura modernista.

³ “O astrólogo” foi publicado no *Jornal das Famílias*, em novembro de 1876. Ele consta no segundo volume do livro *Relíquias de casa velha*, Editora W.M Jackson (1953). O conto não consta na edição original de *Relíquias* elaborada por Machado de Assis.

⁴ As versões utilizadas foram os livros da Editora W.M Jackson: *Várias histórias*, v. 14 (1952), e *Relíquias de casa velha*, v. 16 (1952).